

---

# OS PARTIDOS E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 EM MATO GROSSO DO SUL: CONTINUIDADES, MUDANÇAS E RECONFIGURAÇÕES DO SISTEMA PARTIDÁRIO LOCAL

---

PARTIDOS Y ELECCIONES MUNICIPALES DE 2024 EN MATO GROSSO DO SUL:  
CONTINUIDADES, CAMBIOS Y RECONFIGURACIONES DEL SISTEMA DE  
PARTIDOS LOCAL

PARTIES AND THE 2024 MUNICIPAL ELECTIONS IN MATO GROSSO DO SUL:  
CONTINUITIES, CHANGES AND RECONFIGURATIONS OF THE LOCAL PARTY  
SYSTEM.

**Thiago R. Godoy Barbosa<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0009-0002-7977-4799>  
<http://lattes.cnpq.br/1599338523564911>

**Leonardo B. Mattos Leme<sup>2</sup>**

<https://orcid.org/0009-0009-6449-236X>  
<http://lattes.cnpq.br/2434557201996740>

**Marcos Antonio da Silva<sup>3</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-1196-2814>  
<http://lattes.cnpq.br/8590672637571334>

**RESUMO:** Este artigo analisa o desempenho dos partidos políticos nas eleições municipais do Mato Grosso do Sul (2020 e 2024), discutindo como a polarização, a digitalização e as crises contribuíram para a reconfiguração do sistema partidário local. Para tanto, analisa os partidos e o sistema político e partidário brasileiro, debatendo suas reconfigurações e dinâmicas recentes. Em seguida, debate o contexto eleitoral das eleições municipais de 2020 e 2024, destacando os efeitos da pandemia e das novas mídias nos processos eleitorais. Finalmente, discute, de forma comparada e a partir da perspectiva de Mair (partidos procedimentais) e Harari (casulos digitais), o desempenho eleitoral dos partidos nestas eleições demonstrando a reconfiguração do sistema partidário no estado com a ascensão do centrão, o crescimento da direita (PP/PL) e a persistência de desigualdades na representação.

**Palavras-chave:** Partidos; Eleições; Desempenho Eleitoral; Reconfigurações.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Email: [thiagorenei777@gmail.com](mailto:thiagorenei777@gmail.com).

<sup>2</sup> Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Email: [leoleme16@hotmail.com](mailto:leoleme16@hotmail.com).

<sup>3</sup> Doutor em Estudos sobre a Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Email: [marcossilva@ufgd.edu.br](mailto:marcossilva@ufgd.edu.br).

**RESUMEN:** Este artículo analiza el desempeño de los partidos políticos en las elecciones municipales de Mato Grosso do Sul (2020 y 2024), analizando cómo la polarización, la digitalización y las crisis contribuyeron a la reconfiguración del sistema local de partidos. Para ello, analiza los partidos y el sistema político y de partidos brasileño, analizando sus recientes reconfiguraciones y dinámicas. A continuación, analiza el contexto electoral de las elecciones municipales de 2020 y 2024, destacando los efectos de la pandemia y los nuevos medios de comunicación en los procesos electorales. Finalmente, analiza, comparativamente y desde la perspectiva de Mair (partidos de procedimiento) y Harari (capullos digitales), el desempeño electoral de los partidos en estas elecciones, demostrando la reconfiguración del sistema de partidos del estado con el auge del centrão (partido de centro), el crecimiento de la derecha (PP/PL) y la persistencia de las desigualdades en la representación.

**palabras clave:** Partidos; Elecciones; Desempeño Electoral; Reconfiguraciones.

**ABSTRACT:** This article analyzes the performance of political parties in the municipal elections in Mato Grosso do Sul (2020 and 2024), discussing how polarization, digitalization, and crises contributed to the reconfiguration of the local party system. To this end, it analyzes the parties and the Brazilian political and party system, discussing their recent reconfigurations and dynamics. It then discusses the electoral context of the 2020 and 2024 municipal elections, highlighting the effects of the pandemic and new media on electoral processes. Finally, it discusses, comparatively and from the perspective of Mair (procedural parties) and Harari (digital cocoons), the electoral performance of the parties in these elections, demonstrating the reconfiguration of the state's party system with the rise of the centrão (center party), the growth of the right (PP/PL), and the persistence of inequalities in representation.

**Keywords:** Parties; Elections; Electoral Performance; Reconfigurations.

## 1. INTRODUÇÃO

As eleições são pilares essenciais para a legitimidade de uma democracia, funcionando como mecanismo que traduz a vontade popular, estrutura os partidos e o sistema partidário e orienta os rumos políticos de um país. Em diferentes níveis tal processo desempenha um papel importante e distinto pois no âmbito nacional pode definir os partidos que se destacam na disputa presidencial e do congresso nacional, enquanto que no plano estadual e municipal refletem as demandas regionais e locais, guiando a agenda política e as prioridades públicas dos governos eleitos nos estados e cidades.

No caso das eleições municipais, o vínculo com a população é ainda mais direto, uma vez que prefeitos e vereadores são responsáveis por implementar políticas públicas que

impactam setores como saúde, educação, transporte e infraestrutura e interferem no dia-a-dia da população. Essa proximidade permite que os cidadãos avaliem de forma mais imediata os resultados das gestões públicas municipais, orientando a tomada de decisão e o voto do cidadão.

Além disso, as eleições municipais funcionam como um "termômetro político", evidenciando mudanças no comportamento do eleitorado e antecipando tendências que podem se refletir em pleitos estaduais e nacionais que, no caso brasileiro, ocorrem de forma intercalada com as eleições municipais. Neste sentido, o desempenho dos partidos políticos em tal processo pode sinalizar a consolidação ou a alteração de posições e tendências no cenário político, como a ascensão de novas forças políticas e partidárias, o declínio de coalizões tradicionais e o impacto de questões sociais e econômicas nas decisões eleitorais.

Diante disto, este trabalho procura analisar os resultados das eleições municipais de 2024 em Mato Grosso do Sul (MS), estado que se destaca tanto por sua relevância econômica quanto por sua dinâmica política específica, como destacaremos adiante. Isto porque trata-se de um estado da região Centro-Oeste e que é um dos principais pólos agropecuários do país, com participação significativa na produção de grãos, carnes e biocombustíveis, setores que contribuem de forma expressiva para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional<sup>4</sup>. Soma-se a isso sua posição geográfica estratégica, tendo fronteira com Paraguai e Bolívia, conferindo ao estado um papel importante nas relações comerciais internacionais e na integração regional, inclusive no desenvolvimento de projetos de impacto na comunidade sul-americana como a rota bioceânica.

No contexto político, vale observar que o estado tem sido um campo fértil para a diversidade partidária, o multipartidarismo e a alternância de poder, refletindo tendências que frequentemente ecoam no cenário nacional, mas também preservando boa parte das elites políticas tradicionais que deram origem ao estado (Bittar, 2009; Miranda, Silva, Miranda, 2019). Neste sentido, ocorrem a ascensão de novas lideranças e a consolidação de partidos que buscam representar tanto as demandas urbanas quanto as rurais, em um equilíbrio instável que espelha a complexidade do eleitorado brasileiro.

---

<sup>4</sup> Em 2022, o estado foi responsável por aproximadamente 8% do PIB agropecuário nacional, consolidando-se como um dos pilares da economia brasileira. Fonte: <https://www.ibge.gov.br/> (Acesso em 15 de fevereiro de 2025).

Além disso, sua dinâmica política é marcada pela alternância no poder de partidos de espectros ideológicos distintos e que tenham capacidade de formar alianças para governar. Essa prática, comum no presidencialismo de coalizão brasileiro, muitas vezes dilui as fronteiras rígidas entre esquerda e direita, evidenciando que a política prática local é marcada por negociações, alianças e compromissos. Isto demonstra que, em muitos casos, partidos que se opõem em âmbito nacional unem-se em nível local para viabilizar projetos de interesse comum, como investimentos em infraestrutura ou políticas públicas.

Diante disso, reiteramos que o estado pode ser um caso interessante para analisar a dinâmica e as tendências eleitorais e partidárias do sistema político brasileiro, quase como um microcosmo do Brasil que nos permite compreender melhor algumas mudanças e perspectivas, e que, a partir disto, a análise do desempenho partidário nas eleições municipais de 2024 pode nos ajudar a compreender o cenário político-eleitoral que se aproxima diante dos pleitos estaduais e nacional, em que a disputa política será influenciada tanto pela agenda nacional como por questões locais.

Assim, ao examinar os resultados das eleições municipais de 2024 este trabalho busca compreender não apenas as mudanças no perfil dos prefeitos e vereadores eleitos do estado, mas também como essas transformações refletem tendências mais amplas no sistema político brasileiro, como a polarização, o papel das mídias sociais e a reconfiguração das forças partidárias.

Para tanto este trabalho está organizado da seguinte forma. Na primeira seção, discutimos os partidos políticos e o sistema partidário brasileiro enfocando sua dinâmica recente e as reconfigurações. Em seguida, apresentamos o contexto das eleições municipais de 2020 e 2024, destacando os efeitos da pandemia, das novas mídias e o contexto político e econômico. Por fim, discutimos, de forma comparada, o desempenho dos partidos nos pleitos mencionados e a reconfiguração do sistema partidário brasileiro e local.

## **2. PARTIDOS E ELEIÇÕES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: entre a relativa estabilidade e as reconfigurações**

As eleições foram fundamentais para a emergência e consolidação dos partidos políticos e dos sistemas partidários na modernidade, determinando a identidade, o modelo

organizacional dos partidos e a lógica e dinâmica da competição partidária, como demonstram Amaral (2013) e Bolognesi (2020), dentre outros. Tais elementos também foram evidenciados em estudos clássicos sobre os partidos, como destaca a famosa definição de partidos proposta por Sartori ao indicar que: “Um partido é qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que se apresente em eleições e seja capaz de colocar, através de eleições (livres ou não) candidatos a cargos públicos” (Sartori, 1982, p. 85).

Da mesma forma, os diversos balanços sobre os partidos e os sistemas partidários brasileiros também convergem para a relevância das eleições na conformação da identidade, modelos e na dinâmica partidária brasileira, tanto passada como recente, como demonstram Lima Jr. (1999), Fleischer (2007), Nicolau (2010), Carreirão (2014) e Braga (2013), dentre outros.

Assim, vale observar que o sistema partidário brasileiro sofreu inúmeras alterações ao longo da sua existência, derivadas da dinâmica política do país e do desenvolvimento errático da democracia brasileira, como apontam Lamounier e Meneguello (1986), Mainwaring (2002), Fleischer (2007), Melo (2006), Kinzo (1993), Nicolau (1996 e 2010) e Melo (2006 e 2022), dentre outros.

Neste sentido, o formato do atual sistema partidário brasileiro começou a se configurar no final do regime militar com a superação do bipartidarismo tutelado; o momento fundamental desta inflexão foi a Lei Falcão (1979) que permitiu a emergência de novos partidos políticos, o que foi ampliado pelo processo de abertura democrática que confirmou a emergência de um pluralismo partidário, recuperando (ainda que parcialmente) a experiência abortada pelo regime militar.

Desde então, o sistema partidário brasileiro passou por um processo de reconfiguração determinado pela desconstrução da matriz bipartidária e a emergência de um multipartidarismo, mais ou menos acentuado com a criação e fusão de agremiações partidárias que indicam uma dinâmica e volatilidade que desafiam a análise e sua compreensão e que, recentemente, parece caminhar para uma nova reconfiguração (Melo, 2022). Apesar disto, pode-se apontar que, pelo menos no plano federal, ocorreu o desenvolvimento de uma relativa estabilidade no que se refere à competição eleitoral (Fleischer, 2007; Melo, 2006 e 2022; Nicolau, 1996 e 2010; Ferreira, Batista e Stabile, 2008).

A partir destes trabalhos, dentre inúmeros outros que se dedicam ao estudo dos partidos brasileiros, é possível apontar que o quadro atual dos partidos políticos e do sistema partidário nacional é resultado de dois realinhamentos importantes, desde o fim do regime militar, que conduziram ao multipartidarismo e, principalmente, a uma relativa estabilidade que, na atualidade, parece se reconfigurar com o esgotamento da centro-direita histórica (MDB e PSDB), a consolidação do Centrão e a emergência da extrema-direita.

O primeiro realinhamento refere-se à desconstrução da lógica bipartidária, herdada do período autoritária e que se manteve até, pelo menos, meados dos anos 80, quando foi, finalmente, substituída por uma dinâmica relacionada a lógica multipartidária, constatada na atuação eleitoral (e coligações) dos partidos políticos e, principalmente, nos resultados e numa representação política cada vez mais diversa e, até certo ponto, fragmentada. Neste sentido, observa-se, tanto no plano nacional como local, que o predomínio inicial de PMDB (que manterá relativa força ao longo dos anos) e PDS, que irá se enfraquecer e será substituído pelo PFL, depois DEM (hoje União Brasil), vai cedendo espaço a outras agremiações, tanto no poder legislativo como no executivo, em que se destacaram PSDB e PT, que por possuírem os candidatos presidenciais mais competitivos se consolidaram como principais forças políticas até recentemente<sup>5</sup>, mas que também aparecem PTB, PP e PDT, dentre outros.

Vale ressaltar que tal realinhamento a ocupação dos executivos (estadual e federal) parece ter contribuído para o melhor desempenho, o crescimento e consolidação destes partidos, como poderemos observar no caso de Mato Grosso do Sul, em que se destacam os casos de PMDB, PSDB e PT.

Além disto, também é importante perceber que, como apontam Braga (2006) e Fleischer (2007), a implementação de uma lógica multipartidária irá provocar, num primeiro momento, um pluralismo extremado que, pouco a pouco, irá caminhar para uma relativa estabilidade, que parece enfrentar na atualidade uma nova revisão.

---

<sup>5</sup> Neste sentido, Melo aponta que: “(...) procura-se mostrar como as eleições presidenciais tornaram-se o “ponto de amarração” do atual sistema. Tomando como ponto de partida as estratégias disponíveis aos líderes em uma competição na qual as eleições para a Presidência da República, para os governos estaduais e para o Congresso Nacional encontram-se aninhadas, o texto explica por que PT e PSDB foram os únicos partidos capazes de priorizar a arena presidencial e como os demais atores passaram a se relacionar com o governo central escolhendo, para tanto, rotas alternativas” (Melo, 2012, p. 14).

A segunda reconfiguração irá ocorrer dentro de cada espectro ideológico do sistema partidário (direita, centro e esquerda) e será marcada pela emergência e afirmação de determinadas agremiações em cada campo do espectro político, que irão manter ou ampliar o bom desempenho eleitoral, algo que se manterá, pelo menos, até a eleição de 2018 e que vem sofrendo novas alterações, principalmente no centro e direita.

Neste caso, é possível constatar a influência do ciclo eleitoral presidencial que irá propiciar a consolidação das agremiações que conseguiram apresentar candidatos mais competitivos (e demonstrar a presença de lideranças políticas expressivas) ou de partidos que serão fundamentais para a composição de coligações ou avalistas do ‘presidencialismo de coalização’ brasileiro, como mencionamos acima.

Neste sentido, Melo afirmava que:

“Não obstante, o sistema partidário nacional, a partir dos anos 1990, obteve evidentes ganhos em estabilidade – o espaço da competição foi redefinido e logo se firmou um padrão na interação entre os partidos. Tal evolução, como se viu, encontra-se estreitamente vinculada ao fato de que PT e PSDB lograram se firmar como alternativas de polícias ao longo do ciclo de eleições presidenciais. A explicação apresentada para tal fato ancorou-se tanto nas características dos dois partidos – capacidade de formulação política, apresentação de candidaturas competitivas e grau mínimo de unidade em torno destes pontos – como no efeito da dependência de trajetória sobre o ciclo eleitoral: neste sentido, 1989 e 1994 foram analisados como eventos capazes de exercer forte influência sobre as decisões, de eleitores e/ou de partidos, que seriam tomadas no período posterior. Uma vez definidos os principais competidores na arena presidencial, os demais atores passaram a estabelecer suas estratégias, priorizando as eleições para os governos estaduais ou simplesmente a montagem de chapas competitivas nas eleições proporcionais” (Melo, 2012, p. 36).

Assim, os deslocamentos de cada espectro político, embora seja importante ressaltar que as eleições tendem a conduzir os partidos para posições mais moderadas e centristas (caso do PT, dentre outros), fizeram com que, à direita, ocorresse a afirmação do DEM (ex-PFL), que suplantou o PDS identificado com o regime autoritário, e, em menor medida, ocorreu a ascensão de PTB e PP (pelo menos no plano federal e até certo momento); no centro, pode-se observar um desempenho relativamente estável do PMDB, mais forte nos anos 80 e relativo depois, e a ascensão do PSDB que, em certos momentos, chegou a ameaçar a liderança pemedebista, mas que a partir do frágil desempenho presidencial recente se enfraqueceu, talvez, de forma definitiva. Por fim, à esquerda pode-se constatar a consolidação do PT como força hegemônica neste espectro, substituindo o PDT, que sob a liderança de Leonel Brizola havia tido um desempenho importante nos anos 80, e uma ascensão limitada do PSB. Tal

hegemonia, embora não esteja esgotada, parece se aproximar de um impasse pois esteve associada ao desempenho no ciclo presidencial e sua principal liderança, Lula, encontra-se cada vez mais envelhecido.

Em suma, tais reconfigurações (de passagem da lógica bipartidária para uma lógica multipartidária e o predomínio de alguns partidos na direita, centro e esquerda), embora tenham suas especificidades regionais, conduziram a um sistema partidário relativamente estável em que se destaca, pelo menos até 2018, a consolidação e o predomínio, nos cargos eletivos, de sete partidos políticos: PMDB, DEM (ex-PFL), PP (ex-PPB), PSDB, PT, PDT e PTB, como aponta Melo (2006), dentre outros.

Desta forma, o número de partidos políticos que disputam as eleições atingiu o pico em 1992, sofrendo desde então uma sensível queda, e a consolidação de um número limitado de partidos efetivos (Nicolau, 2006). Desta forma, considerando a representação política, o número de representantes eleitos, nas diversas eleições do período mencionado e em relação aos principais cargos públicos, pelos sete partidos médios anteriormente mencionados (PMDB, PFL- atual DEM, PPB- atual PP, PSDB, PT, PDT e PTB), indica o predomínio absoluto destas agremiações.

Portanto, segundo Melo é possível afirmar que “transcorrida a década de 1990, é possível dizer que as evidências disponíveis permitem falar de uma estabilização apenas relativa do sistema partidário nacional” (Melo, 2006, p. 158), o que significa que, mesmo que o sistema partidário brasileiro seja “fluído”, ele se mantém relativamente estável.

No entanto, o retraimento eleitoral da esquerda, o enfraquecimento da centro-direita histórica (MDB e PSDB) e a ascensão eleitoral do centrão e da nova direita parecem indicar que estamos diante de uma nova reconfiguração dos partidos e do sistema partidário brasileiro, alterando a estabilidade das duas últimas décadas, como argumenta Melo (2022).

Para o autor, a fragmentação partidária evidente nos em todos os níveis do poder legislativo (municipal, estadual e nacional), o poder dos partidos médios e a necessidade de coalizões cada vez mais amplas para a estabilidade do executivo já eram sinais da fragilidade da estabilidade do sistema partidário. Porém, a partir de 2013, dois elementos vieram promover uma nova reconfiguração, ainda em curso, dos partidos e sistema partidário: a crise política (e seu longo desdobramento e efeitos) e as inúmeras alterações da legislação eleitoral (fim das coligações, fundo eleitoral e campanhas, cláusula de desempenho, fim da cláusula de



barreira, federações, ...) contribuíram para a desorganização da centro-direita (PSDB e MDB), a fragilização da esquerda (PT, PDT e PSB) e a ascensão do centrão (PSD, PP, PL...) e do bolsonarismo que, no entanto, ainda não conseguir se consolidar como partido (PSL ou PL).

Isto nos leva, portanto, a um cenário atual em que os partidos e o sistema partidário estariam passando por uma nova reconfiguração e neste momento predominam tendências e elementos associados as incertezas, instabilidades e a tendência a polarização, como temos observado nas últimas eleições.

Neste sentido, Melo indica que:

“O período que se seguiu às manifestações de 2013, culminando com a eleição presidencial de 2018, abriu um cenário de crise e incerteza. Sistemas partidários se definem pelo padrão de interação entre seus componentes. É nesse sentido que se pode dizer que o sistema partidário que girava em torno de PT, PSDB e MDB não existe mais. Apenas o PT manteve a condição de protagonista e resistiu à maré que, sob o pretexto de varrer a corrupção e refundar a política brasileira, deu asas à antipolítica e permitiu que a Presidência da República fosse capturada por uma liderança despreparada, reacionária e autoritária. (...) Mas não é possível dizer que tipo de sistema será esse, se alcançará um nível razoável de estabilidade, qual será o padrão de interação entre os principais protagonistas ou mesmo quais serão eles. A melhor possibilidade está em uma recomposição da dinâmica anterior, entre os blocos de centro-esquerda e centro-direita. Mas não é possível descartar a chance de que a extrema-direita se mantenha como ator relevante e contamine o processo político com sua intolerância e intransigência. **Nesse caso, a própria democracia estaria ameaçada**” (Melo, 2022, p. 89).

A organização dos partidos e o sistema partidário em Mato Grosso, acompanham, em grande medida, o desenvolvimento dos partidos e do sistema partidário nacional, embora possuam uma dinâmica conjuntural e elementos que também revelam aspectos importantes da política local.

## **2.1 CONTEXTUALIZANDO AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 E 2024: entre a pandemia, as inovações e os novos realinhamentos políticos e partidários?**

As eleições municipais de 2020 no Brasil ocorreram em um contexto marcado pela polarização política, a fragmentação partidária e o impacto da pandemia de COVID-19<sup>6</sup> que

---

<sup>6</sup> Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, devido à ampla distribuição geográfica da doença no mundo. Em 5 de maio de 2023, a OMS declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à COVID-19. Fonte: OMS, disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020> (Acesso em 24 de fevereiro de 2025).

influenciou tanto as campanhas eleitorais quanto a participação popular e determinou uma dinâmica eleitoral em que predominaram os efeitos do fim das coligações proporcionais, novos realinhamentos, a desinformação como estratégia política e a vitória de políticos profissionais e mais alinhados ao campo da direita brasileira como apontam Telles (2021), Barreto Junior (2021), Marengo e Ten Cati (2021), dentre outros. No Mato Grosso do Sul, esse cenário não foi diferente e os resultados refletiram tendências que ecoaram em todo o país, consolidando mudanças significativas no panorama político local e nacional.

Em primeiro lugar, destacou-se o crescimento expressivo de partidos de direita, como o Partido Liberal (PL), que ampliou sua base eleitoral e conquistou espaços relevantes em diversas cidades do estado, reafirmando a tendência apontada por Velasco Cruz, Kaysel e Codas (2015). O partido consolidou-se como uma força política emergente, especialmente em municípios estratégicos como Campo Grande e Dourados.

Na capital, o PL aumentou sua bancada na Câmara Municipal, elegendo 4 vereadores, enquanto que em Dourados elegeu 3 vereadores e apresentou um candidato competitivo na disputa pela prefeitura, demonstrando sua capacidade de mobilização e influência crescente no cenário político local. Paralelamente, partidos tradicionalmente associados ao "Centrão", como o PSD e o MDB, mantiveram sua relevância, demonstrando capacidade de adaptação e sobrevivência em um cenário político cada vez mais volátil.

Esses partidos, conhecidos por sua pragmática busca por alianças e cargos, consolidaram-se como peças-chave na formação de coalizões e na governabilidade municipal. Nesse sentido, tanto a ascensão de partidos de direita quanto o bom desempenho do "Centrão" foram indicativos de uma reconfiguração do cenário político que se confirmou nas eleições gerais de 2022.

Deste modo, Marengo e Ten Cate indicam que: “O quadro partidário desenhado pelos votos municipais parece destacar, principalmente, dois resultados: [I] perda de governos locais por partidos que em comum constituem os herdeiros da Constituição-88 (PMDB, PSDB, PT, PDT) e, [II] um crescimento da constelação de legendas representadas no chamado centrão. O estudo aponta que fatores como população municipal, a votação presidencial e o recebimento de auxílio emergencial afetaram de formas distintas o desempenho partidário municipal” (Marengo e Ten Cate, 2021, p. 25)

Outro aspecto fundamental das eleições de 2020 foi a proibição legal às coligações em eleições proporcionais, como apontam Viana e CarloMagno (2021), obrigando os partidos a formar, sozinhos, chapas competitivas para a disputa das vagas nas Câmaras Municipais. O resultado foi uma redução no total de legendas e um aumento no volume de chapas majoritárias, uma vez que há uma percepção estratégica, dentre outras tantas que convivem, de que votos para prefeito são capazes de alavancar escolhas para a Câmara Municipal.

Além das mudanças no cenário partidário, as eleições de 2020 também evidenciaram transformações no comportamento do eleitorado e nas estratégias das campanhas eleitorais. Sendo assim, a polarização política que já era uma marca do cenário nacional, refletiu-se nas disputas municipais, com eleitores tendendo a apoiar candidatos alinhados às suas preferências ideológicas, muitas vezes em detrimento de propostas locais ou de gestão. Esse fenômeno foi observado tanto em cidades maiores, como Campo Grande, quanto em municípios menores, onde questões nacionais, como a defesa do agronegócio ou a crítica ao governo federal, influenciaram as escolhas eleitorais.

Uma tendência significativa foi o crescimento de candidaturas independentes ou de partidos menores, impulsionado pela insatisfação com os partidos tradicionais e pela busca por alternativas ao establishment político e no estado partidos como Novo, Patriota e Podemos ganharam espaço, elegendo uma bancada significativa de vereadores.

Ademais, é imprescindível o debate sobre impacto das redes sociais e da profissionalização das campanhas eleitorais nas eleições em 2020. Nesse sentido, plataformas como Facebook, Instagram, WhatsApp e YouTube foram amplamente utilizadas para divulgar propostas, atacar adversários e mobilizar apoiadores, sendo muitas vezes instrumentalizadas para atingir um público mais jovem, aumentando assim o alcance dos candidatos. Neste sentido, uma pesquisa do DataSenado de 2019 já apontava que 45% dos eleitores foram influenciados por informações vistas em redes sociais, com o WhatsApp sendo a principal fonte de informação para 79% dos entrevistados<sup>7</sup>.

Por fim, o papel central da profissionalização das campanhas, através da contratação de equipes especializadas em marketing digital, análise de dados e gestão de mídias, é uma tendência que se intensificou nas eleições de 2024. Isto se refletiu, na parceria entre o

---

<sup>7</sup> Conforme informações do Senado Federal, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/12/redes-sociais-influenciam-voto-de-45-da-populacao-indica-pesquisa-do-datasenado> (acesso em 02 de março de 2025).

Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e plataformas como Facebook, Instagram e WhatsApp para combater fake news, o que marcou um avanço na regulação do uso das redes sociais durante as eleições<sup>8</sup>. Vale observar que tal cenário se intensificou na campanha presidencial de 2022 e que isto, no entanto, não será abordado por não se constituir no foco deste trabalho.

Já as eleições municipais de 2024 ocorreram em um cenário marcado por transformações profundas no sistema político brasileiro, impulsionadas por fatores como polarização, economia, a profissionalização das campanhas e o papel central das mídias digitais. Esses elementos, que já haviam emergido em 2020, intensificaram-se e moldaram o comportamento do eleitorado, a estratégia dos partidos e os resultados eleitorais.

Neste sentido, a polarização política que já era uma característica marcante do cenário nacional, continuou a influenciar as eleições municipais de 2024, um fenômeno amplificado pelo uso intensivo das redes sociais e pela crescente influência de algoritmos na formação de opinião pública, como destaca Zuboff (2020) para quem os algoritmos têm o poder de moldar a percepção da realidade, criando “bolhas” digitais que reforçam visões de mundo homogêneas e limitam o contato com opiniões divergentes.

Desta forma, nestas eleições as plataformas digitais foram utilizadas de forma estratégica, seja na mobilização de eleitores quanto para atacar oponentes políticos. No entanto, em determinado momento o uso dessas redes agiu de forma negativa para a campanha, especificamente durante a suspensão temporária da rede social X (antigo Twitter) durante o primeiro turno das eleições, pois evidenciou a dependência dos candidatos dessas plataformas para a comunicação direta com o eleitorado.

Essa restrição impactou especialmente candidatos e grupos que dependiam fortemente das redes sociais para ampliar seu alcance, como aqueles ligados a movimentos anti-establishment e candidaturas independentes, que utilizavam um discurso crítico ao sistema político tradicional para atrair eleitores. Um exemplo notável foi o caso de Pablo Marçal, empresário e influenciador digital, que construiu sua base eleitoral principalmente por meio de postagens agressivas e polêmicas no X, direcionadas a um público jovem e insatisfeito com a política convencional.

---

<sup>8</sup> Conforme informação disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/noticias/audios/2020/10/tse-firma-parceria-com-redes-sociais-contr-fake-news-nas-eleicoes> (acesso em 03 de março de 2025).

Com a suspensão da plataforma, Marçal e outros candidatos semelhantes perderam sua principal ferramenta de engajamento, o que limitou sua capacidade de mobilização e reduziu significativamente sua visibilidade durante o período crítico da campanha<sup>9</sup>.

Outro aspecto recente a ser destacado é que o acesso a dados de plataformas digitais, que são também ambientes de pesquisa tem sido dificultado ou frontalmente impedido, tornando este obstáculo para o desenvolvimento de pesquisas sobre eleições nos ambientes digitais.

Sendo assim, por exemplo, no Brasil o X não mais fornece informações sobre contas suspensas por decisão judicial versus taxa de resposta da plataforma, isso depois de ter sido adquirido por Elon Musk (Pinho, 2024). Essa postura reflete uma tendência observada em diversas plataformas digitais, que frequentemente se apoiam no argumento de serem empresas privadas, lidarem com dados privados, estarem sediadas nos Estados Unidos e alegarem supostas limitações técnicas para justificar a não conformidade com decisões de tribunais locais.

Além disso, o cenário econômico brasileiro em 2024 desempenhou um papel crucial na ascensão de figuras populistas, pois o aumento do desemprego e o crescimento da inflação atuaram como forças motrizes para impulsionar os chamados “votos de protesto”, que representaram uma resposta direta do eleitorado à insatisfação com o establishment político. Esses fatores econômicos, combinados com um clima de descontentamento generalizado, criaram um terreno fértil para o surgimento de lideranças que capitalizaram o sentimento de frustração e a demanda por mudanças, refletindo uma rejeição às elites tradicionais e às políticas convencionais.

Diante do exposto acima, vale destacar que as eleições municipais de 2020 e 2024 no Mato Grosso do Sul não apenas refletiram as dinâmicas políticas locais, mas também foram profundamente influenciadas pelo cenário nacional marcado por polarização, crises econômicas e transformações nas estratégias de comunicação política.

Entre esses dois pleitos, observou-se, no estado, uma intensificação de tendências que já haviam começado a se delinear em 2020, como a fragmentação partidária, a ascensão de candidaturas anti-establishment e o uso estratégico das redes sociais. No entanto, novos

---

<sup>9</sup> “Suspensão do X durante eleições impacta candidaturas digitais; Pablo Marçal é um dos afetados”. Folha de S.Paulo, 10 de outubro de 2024. Disponível em: [www.folha.com.br](http://www.folha.com.br) (Acesso em: 25 de fevereiro de 2025).

elementos emergiram em 2024, como a maior dependência das plataformas digitais, a crise econômica e o surgimento de figuras populistas, que reconfiguraram o cenário eleitoral local.

Um dos fatores mais relevantes nessa transição foi o aprofundamento da polarização política, que, embora já fosse evidente em 2020, ganhou novos contornos em 2024. A crescente influência das redes sociais e dos algoritmos amplificou a divisão ideológica, criando “bolhas” digitais que reforçam visões de mundo homogêneas e limitam o diálogo entre grupos com opiniões divergentes.

Esse fenômeno que o professor Yuval Noah Harari descreve, em seu livro *Nexus de 2024*, como “casulos digitais” (digital cocoons)<sup>10</sup> refere-se à tendência de os algoritmos personalizarem o conteúdo consumido pelos usuários, isolando-os em ecossistemas de informação que refletem e reforçam suas crenças pré-existentes. Desta forma, à medida que a globalização da informação avançou, paradoxalmente, as pessoas passaram a se conectar menos com perspectivas diversas, aprofundando a fragmentação social e política.

No contexto das eleições de 2024 no Mato Grosso do Sul, essa dinâmica foi particularmente evidente. Plataformas como Facebook, Instagram e WhatsApp não apenas facilitaram a disseminação de mensagens políticas, mas também contribuíram para a formação de nichos ideológicos. Candidatos e partidos adaptaram suas estratégias para explorar essas “bolhas”, direcionando mensagens específicas para grupos segmentados.

Se as eleições municipais de 2020 revelaram um cenário de polarização e fragmentação, os pleitos de 2024 no estado consolidaram essas tendências, mas também evidenciaram desafios mais profundos ligados ao legado de subdesenvolvimento político brasileiro. A análise dos resultados não pode se limitar aos números eleitorais; é preciso compreender como fatores históricos, como desigualdades sociais e fragilidades institucionais, moldam as escolhas do eleitorado e a dinâmica partidária no estado.

Nesse sentido, podemos apontar que estado pode servir como um microcosmo das contradições nacionais: mesmo com sua pujança econômica no agronegócio reproduz padrões de exclusão política, volatilidade partidária e desconfiança nas instituições — elementos que, somados às transformações nas campanhas digitais, explicam as mudanças observadas entre 2020 e 2024.

---

<sup>10</sup> Vale destacar que, no capítulo 11, o autor aborda a questão de como a promoção da informação, não democratizou o conhecimento e nem tornou o debate mais produtivo, pelo contrário, gerou esses casulos digitais e uma polarização nunca antes imaginada, um mundo da pós-verdade.

### **3. ELEIÇÕES MUNICIPAIS, PARTIDOS E O SISTEMA PARTIDÁRIO EM MATO GROSSO DO SUL: DINÂMICA E RECONFIGURAÇÕES LOCAIS**

Como tratado anteriormente, o legado de subdesenvolvimento que marca a trajetória do Brasil exerce impactos profundos e duradouros nas estruturas políticas, sociais e econômicas do país, moldando a relação entre o Estado e a sociedade e a dinâmica política brasileira. Esse fenômeno caracterizado por profundas desigualdades, fragmentação institucional e a incapacidade de consolidar um sistema político estável e verdadeiramente representativo, reflete-se também nas dinâmicas regionais, como no caso do Mato Grosso do Sul.

Embora o estado se destaque pela sua relevância econômica no agronegócio também exhibe características que espelham os dilemas nacionais: a volatilidade eleitoral, a fragmentação partidária e a ausência de identidades políticas coesas dificultam a construção de uma base democrática sólida e desorienta os eleitores, algo que se repete em outros estados da federação.

Sendo assim, Melo (2022) destaca que a fragmentação partidária e a migração de lideranças políticas são sintomas de um sistema em transição, cujos impactos são evidentes tanto no plano federal quanto no estadual. No estado, as eleições de 2020 e 2024 ofereceram um panorama da dinâmica e dos desafios enfrentados pela política brasileira em seu esforço para equilibrar desenvolvimento econômico e inclusão social com uma democracia funcional.

O cenário eleitoral demonstra como o legado histórico de subdesenvolvimento molda as escolhas políticas, pois permanece a predominância de eleitores de baixa escolaridade, a concentração de poder político em grupos específicos e a sub-representação de minorias, como mulheres e indígenas, reforçando as desigualdades estruturais.

Neste sentido, no estado esse fenômeno se reflete na sub-representação de mulheres, indígenas e negros — grupos que, juntos, compõem a maioria da população, mas ocupam menos de 20% dos cargos eletivos. Em 2024, por exemplo, apenas 6,7% das prefeituras eram comandadas por mulheres e nenhum indígena foi eleito, apesar de sua presença significativa em municípios como Dourados e Amambai, dentre outros. Essa disparidade está ligada a

fatores históricos, como a centralização do poder nas elites rurais e a baixa escolaridade do eleitorado (84% têm apenas ensino fundamental completo)<sup>11</sup>.

Isso se deve também ao fato de partidos tradicionais perderem espaço para aqueles que adotarem estratégias pragmáticas e eleitorais, frequentemente desvinculadas de compromissos ideológicos consistentes, como parece acontecer com o PSD e MDB, que, enquanto perdia cadeiras na Câmara, outros partidos como o PL e PP ganhavam notoriedade e mais eleitores.

No contexto local, os partidos políticos transcendem a mera disputa eleitoral, estruturando coalizões, articulando interesses e influenciando diretamente a dinâmica política. Essa interação é crucial, sobretudo em contextos federativos como o brasileiro, onde os municípios desempenham papel fundamental na implementação de políticas públicas e na consolidação da representatividade democrática.

Nas eleições municipais de Mato Grosso do Sul observa-se um contexto peculiar em que se destaca a força das lideranças regionais em detrimento da influência da ideologia partidária. Esse cenário confirma a análise de Mair (2003) de que os partidos perderam seu papel representativo e mantêm (ou ampliam) seu papel procedimental. Especialmente, no que tange à fragmentação e à eficiência dos sistemas partidários, que consequentemente resultam na falta de diferenciação entre os partidos e numa postura passiva e/ou antipolítica por parte do eleitorado<sup>12</sup>.

Desta forma, o estudo das eleições locais se torna fundamental para compreender como os partidos moldam suas estratégias conforme as características regionais, podendo tanto fortalecer quanto enfraquecer suas bases organizacionais e ideológicas, e revela a maneira como as dinâmicas locais impactam diretamente na adaptação das estruturas partidárias e nas escolhas eleitorais. Por outro lado, a análise das eleições municipais destaca também as diferenças significativas em relação aos padrões observados nas esferas estadual e

<sup>11</sup> Dados sobre representação de mulheres, indígenas e negros nas prefeituras do Mato Grosso do Sul em 2024 foram obtidos a partir do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/representacao-genero-raca> (acesso em 20 de março de 2025).

<sup>12</sup> Neste sentido o autor indica que: “Daqui se conclui que o papel mais significativo que poderá restar aos partidos no futuro próximo, e certamente o mais dominante, será de carácter procedimental. Assim, para os partidos é o aspecto democrático da «democracia representativa», mais do que o aspecto representativo, que provavelmente se tornará crucial, se bem que não de modo exclusivo. Além disso, é precisamente este o papel que não constitui alvo de contestação na actualidade. Quando se criticam os partidos, é pelos seus fracassos representativos; quando são contestados — por novos movimentos sociais, por protagonistas de uma política alternativa, ou seja, por quem for —, é na sua qualidade de organizações. Em contrapartida, ninguém, ou pelo menos nenhum democrata, procura contestar ou substituir o papel procedimental ou governativo dos partidos políticos. É graças a esta função que os partidos continuam a ser considerados necessários, mesmo que, em determinadas situações, esta função seja em si mesma cada vez menos importante” (Mair, 2003, p. 290-291).



nacional e a interação entre partidos e eleitores, usualmente vista sob a ótica das transformações ideológicas e organizacionais, adquire um caráter mais pragmático em nível local, com foco em alianças táticas e negociações diretas.

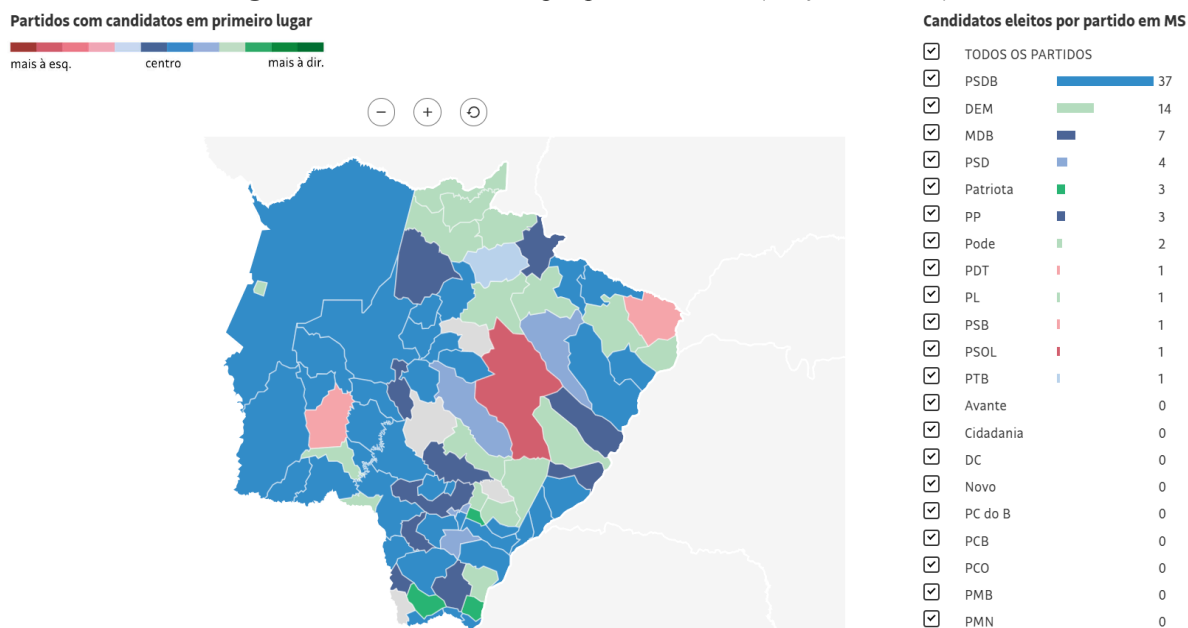
Assim, a análise das eleições municipais locais não apenas amplia a compreensão da dinâmica política regional, mas também oferece uma reflexão mais profunda sobre suas implicações para o fortalecimento da democracia brasileira, especialmente quando se considera o impacto das condições locais sobre o processo político.

Sendo assim, podemos começar indicando que o perfil dos eleitores no estado mostra que a maioria dos eleitores são brancos (66,24%), seguidos por pardos (32,93%), com uma pequena representação de eleitores pretos (0,79%) e indígenas (0,03%). Além disso, mais de 84% dos eleitores possuem ensino superior completo. A faixa etária predominante é de 40 a 49 anos, representando 51,81% do total, e a maioria dos eleitores nessa categoria é casada (74%). Vale destacar que essa faixa etária também corresponde a 64,77% de todas as mulheres que votaram.

É imprescindível notar que, em ambas as eleições (2020 e 2024), constata-se uma maioria de eleitores com baixa escolaridade e a concentração de poder nas mãos de grupos específicos, além de uma sub-representação de mulheres e grupos minoritários. A mudança demográfica, incluindo o aumento de 5,2% do eleitorado, especialmente entre mulheres, também foi notada, destacando a necessidade de uma maior representatividade.

Ao comparar os mapas eleitorais de 2020 e 2024, no estado, percebe-se que apenas a capital, Campo Grande, que possui 646.198 eleitores tem a possibilidade de realizar um segundo turno nas eleições para prefeito, já que os municípios com menos de 200 mil eleitores exigem apenas um turno eleitoral e a segunda maior cidade, Dourados, conta com cerca de 163.227 eleitores.

Em 2020 foram registradas 291 candidaturas ao cargo de prefeito e 8.073 candidaturas para vereador no estado, enquanto que em 2024, houve uma redução significativa no número de candidatos, com 234 candidatos a prefeito e 6.897 a vereador. Vale destacar que o estado possui 79 vagas para prefeitos (municípios) e 849 para vereadores. O resultado, em termos partidários, pode ser observado no seguinte gráfico:

**Figura 1:** Resultado eleitoral por partidos no MS (eleições de 2020)<sup>13</sup>.

Fonte: TSE (elaboração dos autores).

Como pode ser observado, no pleito de 2020, o PSDB se destacou como o partido com o maior número de prefeitos eleitos, alcançando a liderança em 39 dos 79 municípios do estado, o que representou cerca de 50% das vagas disputadas e alcançando um total de 340.211 votos, confirmando a hegemonia apontada por Miranda (2025). No entanto, também deve-se destacar o desempenho do PSD, embora com menos prefeitos eleitos, governava a maior parte da população, graças à vitória na capital, Campo Grande e em outros três municípios. A diferença entre os dois partidos de eleitores governados era pequena, com o PSD governando 0,05% dos eleitores a mais que o PSDB.

Além disso, é possível observar que, nas eleições de 2020, o partido Democratas (DEM) teve um crescimento significativo, conquistando 11 prefeituras a mais do que em 2016 e destacando-se também pelo número de vereadores eleitos. Já o MDB manteve uma forte presença, seguido por outros partidos como PSD, com 4 prefeituras, e o Patriota e o PP, com 3 cada. Por outro lado, partidos de esquerda, como o PSB e o PDT, tiveram uma presença menor, com destaque para o PSOL que elegeu o prefeito de Ribas do Rio Pardo.

Um dado preocupante é a evidente sub-representação feminina, pois apenas 6,7% das prefeituras são comandadas por mulheres, apesar de elas constituírem a maior parte da

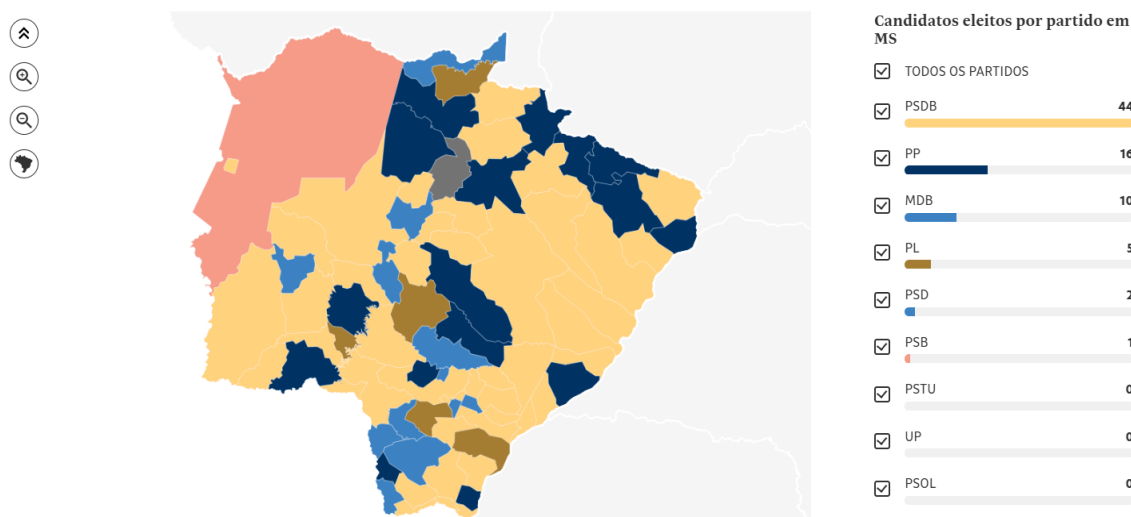
<sup>13</sup> No mapa, estão faltando as apurações de quatro municípios: Angélica, Bandeirantes, Paranhos e Sidrolândia. Respectivamente, foram eleitos o DEM, o MDB, e o PSDB nos últimos dois.

população. Além disso, a maioria dos prefeitos eleitos era branca (82,7%), seguidos por pretos e pardos (14,7%) e amarelos (2,7%), embora 2,9% da população se identificasse como indígena em 2020 nenhum indígena foi eleito para prefeito.

No que se refere a eleição para vereadores, vale observar que o PSDB se manteve como o partido com o maior número de representantes, elegendo 234 vereadores, seguido por DEM e o MDB, que ficaram com 125 e 117 cadeiras respectivamente, enquanto outros partidos como PSD, PDT, PODE e PTB elegeram menos de 100 vereadores. Além disso, pode-se ressaltar que o PP foi o partido que mais cresceu, com 28 representantes (contra 18 em 2016) e o PT, por sua vez, elegeu apenas 26 vereadores, confirmando a dificuldade de obter um bom desempenho nas eleições municipais no estado.

Em comparação com a eleição anterior (2016) podemos apontar que o DEM ganhou 70 cadeiras, o PSDB aumentou sua bancada em 69 e o PSD obteve 55 novas vagas. Da mesma forma, o PODE também teve um bom desempenho, conquistando 33 novas cadeiras, enquanto o PL, que havia eleito 73 vereadores, sofreu uma queda significativa, em 2020, elegendo apenas 10 representantes.

**Figura 2:** Resultado eleitoral por partidos no MS (eleições de 2024).



Fonte: TSE (elaboração dos autores).

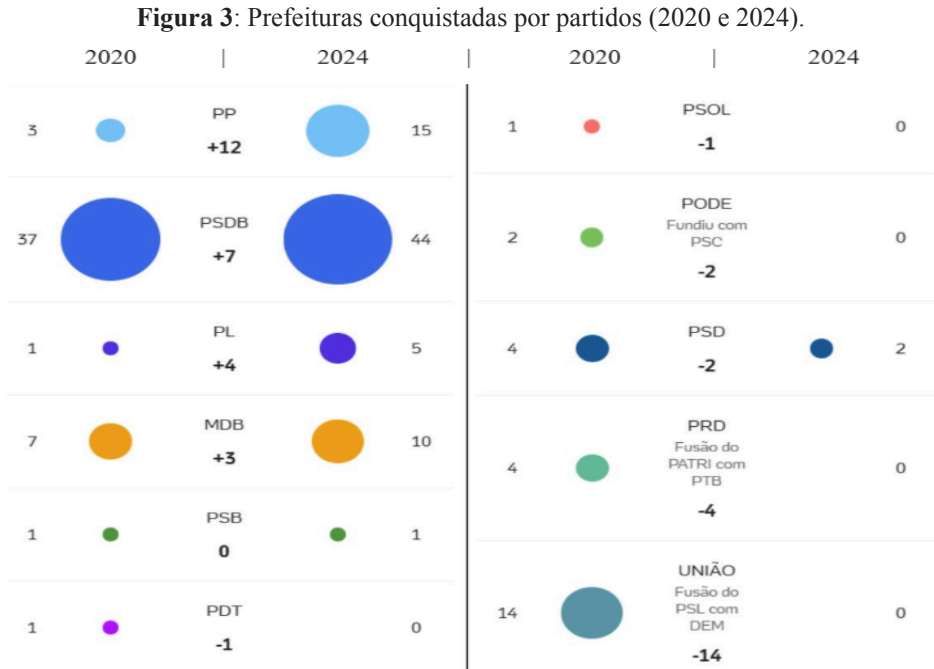
Já na eleição municipal de 2024 não ocorreram mudanças significativas em relação ao perfil das candidaturas e é relevante observar que, apesar da maioria da população se identificar como preta e parda (53,42%) a maior parte dos prefeitos eleitos foi branca (79,22%). No entanto, o mais relevante é observar que houve mudanças significativas no

desempenho eleitoral dos partidos políticos, como podemos perceber no seguinte mapa eleitoral<sup>14</sup>:

Como pode ser observado, em 2024, ocorreu uma clara redução na fragmentação partidária no estado, com a representação partidária sendo praticamente "dividida ao meio", pois se na eleição anterior 12 partidos haviam conquistado prefeituras fica evidente que, em 2024, esse número caiu para apenas 6 partidos que conquistaram prefeituras (PSDB, PP, MDB, PL, PSD e PSB).

Neste sentido, o PSDB se manteve como o partido mais influente, conquistando 44 prefeituras e realçando a importância de governadores nas eleições municipais, alcançando mais de 360 mil votos para prefeito e governando, com isso, aproximadamente 41% da população do estado, embora o seu desempenho nos outros estados tenha sido, no mínimo, preocupante. Apesar disto, vale destacar que o partido esteve fora da disputa na capital (Campo Grande), onde ocorreu uma disputa acirrada no segundo turno entre PP e União Brasil, com vitória do primeiro.

A partir disto, quando nos debruçamos numa análise comparativa entre o desempenho eleitoral dos partidos entre as duas eleições, podemos observar a seguinte dinâmica:

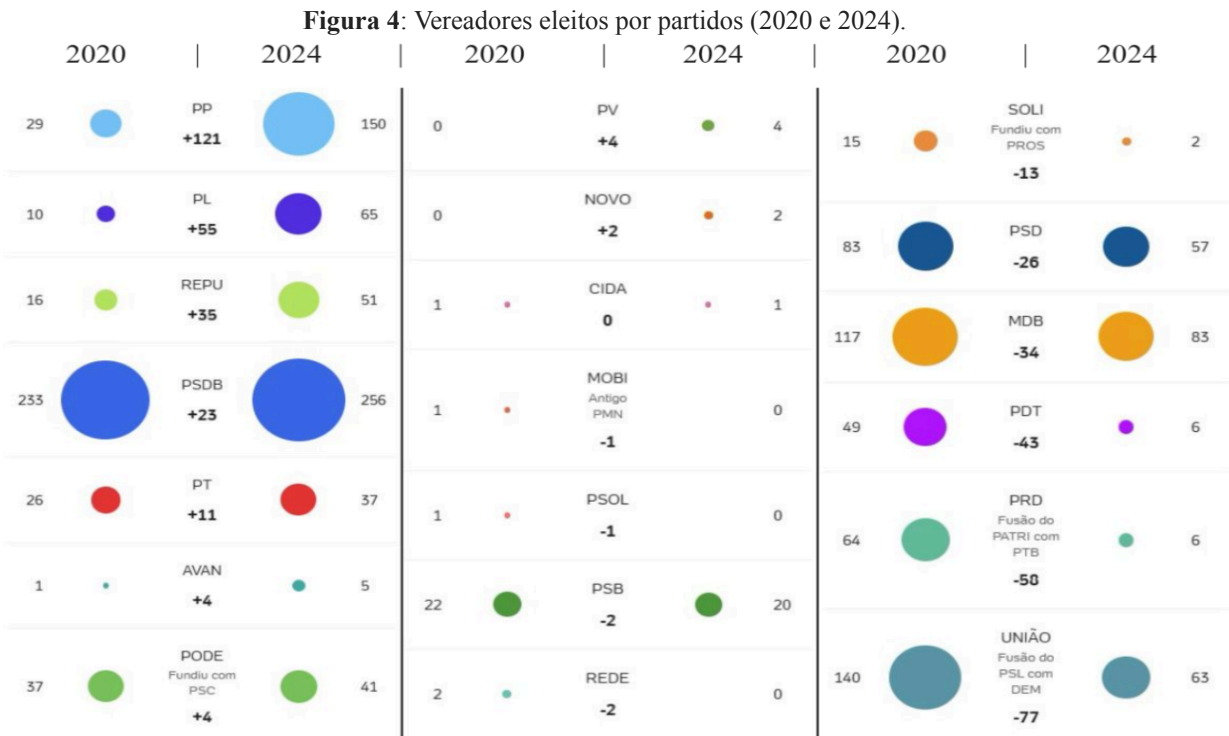


Fonte: TSE (elaboração dos autores).

<sup>14</sup> No mapa, o único município sem sua apuração completa dos votos é São Gabriel do Oeste. A prefeitura foi assumida por Leocir Montagna, do PSD.

A partir disto, fica evidenciado que, embora o PP tenha sido o partido com maior crescimento (saindo de 3 para 15 prefeituras), destaca-se o desempenho do PSDB que conquista mais de 50% das prefeituras em disputa, reiterando a importância da máquina estadual. Além deles, destaca-se o crescimento de PL e MDB, aumentando em 4 e 3 o número de cadeiras conquistadas. Por outro lado, pode-se perceber o grande encolhimento de União Brasil, seguindo por PRD, PSD e PODE. Além deles, PDT e PSOL também perderam sua representação suas cadeiras no executivo municipal. E, importante, o PT apesar de sua relevância no cenário nacional não conseguiu eleger nenhum prefeito no estado<sup>15</sup>.

Já no que se refere aos vereadores, podemos observar o seguinte desempenho eleitoral:



Fonte: TSE (elaboração dos autores).

Como pode ser observado, o maior crescimento é do PP, acompanhando a dinâmica dos executivos municipais, amplia em 121 o número de vereadores que havia elegido em 2020 (apenas 29), seguido pelo PL e Republicanos, aumento de 55 e 35 respectivamente, e depois pelo PT (mais 11), Pode e PV (mais 4) e o Novo. Do outro lado, perderam

<sup>15</sup> Para uma análise detalhada do perfil dos prefeitos eleitos no estado ver, dentre outros, o trabalho de Nantes e Silva (2025).

representação política em relação a vereadores o União Brasil (menos 77), o PRD (menos 50), o PDT (menos 43), o MDB (menos 34) e o PSD (menos 26), dentre outros.

Tal cenário revela acompanha o observado no caso das prefeituras e indica, primeiro, uma maior concentração partidária, em detrimento da fragmentação que continua existindo mas parece ser menor do que indica o senso comum, e o bom desempenho de partidos como PSDB e PP como o encolhimento de partidos como União Brasil e o PRD, para destacar os casos mais significativos.

Além disto, outros elementos podem ser mencionados numa análise comparativa. Em primeiro lugar, uma fragilidade de representação da esquerda, que não se limita apenas a Mato Grosso do Sul, que parece se estender ao Centro-Oeste, indicando sua dificuldade de enraizamento em uma região predominantemente agrícola que tem se apoiado principalmente em partidos de centro, centro-direita e direita.

De certa forma, isto pode ser observado no bom desempenho do PSDB e PP em todo o estado, embora outros partidos como o União Brasil, PSD e o MDB apresentem uma redução em sua atuação nos municípios de Mato Grosso do Sul. Neste sentido, além do significativo desempenho do PSDB, vale destacar que o PP, em comparação a 2020, ampliou consideravelmente sua presença com um aumento de 400% no número de prefeitos eleitos e de 417% no número de vereadores. Já o PL, associado ao bolsonarismo e um partido relevante da direita, também demonstrou crescimento em seus números, embora eles não tenham sido tão significativos como indicavam algumas tendências. De toda forma, parece se consolidar um cenário de predomínio de partidos de centro e direita e dificuldades para partidos de esquerda no estado.

Além disto, deve notar-se ainda que, o período da pandemia, aliado ao impacto das redes sociais, a desconfiança e a desinformação criaram um ambiente que alterou a percepção pública sobre os candidatos, influenciando o comportamento do eleitorado. Inicialmente mais volátil e apático em relação à política, o eleitorado passou a demonstrar maior envolvimento nas decisões eleitorais de 2024. Embora ainda persistam elementos das eleições de 2020, como a ênfase na gestão de plataformas sociais, os resultados da última eleição municipal revelaram um cenário mais competitivo e polarizado, especialmente com o retorno de alguns atores políticos pós-pandemia.

Neste contexto, tanto nas eleições para prefeitos como para vereadores, vale destacar a importância das lideranças políticas locais e, principalmente, a ocupação e o peso da máquina estadual, que se refletiu no desempenho do PSDB, como um componente eleitoral fundamental para o desempenho dos partidos e uma menor incidência da polarização ou lideranças nacionais que, embora relevantes, parecem não ser determinantes para o desempenho dos partidos nas eleições municipais no estado.

Finalmente, pode-se apontar que, se inicialmente no cenário atípico da pandemia, as lideranças de direita tiveram uma influência significativa sobre eleitores muitas vezes indecisos e sem uma base ideológica sólida e uma maior mobilização eleitoral, já em 2024, apesar de muitos fatores continuarem a impactar as decisões políticas, o fenômeno mais evidente, neste campo, foi a volatilidade dentro das próprias alianças de direita, com o crescimento da participação de novos partidos, o que evidenciou mudanças importantes nesse campo político, e um melhor desempenho dos partidos de centro (novamente caso do PSDB e PP) que parecem indicar uma maior complexidade e diversidade do sistema partidário brasileiro, refletindo as novas dinâmicas políticas, econômicas e culturais que afetam a sociedade brasileira contemporânea e que não podem ser reduzidas apenas ao retorno das novas (velhas?) direitas partidárias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho procurou analisar o desempenho eleitoral dos partidos nas eleições municipais de 2020 e 2024 em Mato Grosso do Sul e sua interação com o cenário político e o sistema partidário nacional. Neste sentido, procurou demonstrar que tal pleito, assim como o de 2020, revela um cenário de reconfigurações e transformações aceleradas, em que fatores nacionais- como polarização, crise econômica e digitalização da política- interagiram com as dinâmicas políticas locais, como a predominância do agronegócio e a concentração de poder em elites tradicionais.

Para isto, o trabalho procurou dialogar com os trabalhos mais relevantes sobre o desenvolvimento e as reconfigurações do sistema partidário brasileiro. Além disto, desenvolveu uma análise que leva em consideração três contribuições fundamentais: (1) a teoria de Mair (2013) sobre partidos que privilegiam funções procedimentais em detrimento

da representação ideológica — evidenciada pelas alianças pragmáticas entre PSD e PT em Campo Grande; (2) a crítica de Harari (2024) aos 'casulos digitais', que explica a polarização no MS a partir do uso estratégico de algoritmos; e (3) os estudos de Carlos Ranulfo Melo (2017) sobre fragmentação partidária como sintoma de sistemas políticos em transição.

Diante disto, podemos observar que estes quadros teóricos nos ajudam a compreender as transformações ocorridas, constando que, se em 2020, a pandemia e a proibição de coligações proporcionais fragmentaram o sistema partidário local, confirmando as previsões de Melo sobre volatilidade, em 2024 consolidou-se uma tendência de concentração, nas eleições municipais aqui analisadas, em poucas siglas (PSDB, PP e PL), com a direita ampliando sua hegemonia mesmo em meio a volatilidade interna, fenômeno que reflete tanto os 'casulos digitais' de Harari quanto a proceduralização destacada por Mair.

Essa reconfiguração, no entanto, não significou maior representatividade. Pelo contrário, persistiram e se aprofundaram a sub-representação de mulheres, indígenas e negros, demonstrando que a consolidação partidária não rompeu com as estruturas tradicionais de exclusão política. Os dados revelam assim um paradoxo - enquanto o sistema partidário se reorganiza sob novas bases operacionais (Mair, 2013), as desigualdades históricas mantiveram-se intactas, questionando o alcance democrático dessas transformações.

O estado, portanto, serve como um microcosmo dos dilemas brasileiros: um sistema político que, mesmo em movimento, mantém estruturas de exclusão e enfrenta incertezas em relação à consolidação da democracia e as reconfigurações partidárias. Se as eleições municipais são um termômetro, o diagnóstico é claro: a democracia no Brasil segue em busca de um equilíbrio entre representação efetiva e a governabilidade, sem abrir mão da diversidade que a caracteriza, necessitando de uma defesa cotidiana e de uma dinâmica mais participativa e inclusiva e os partidos políticos devem se adaptar ao novo contexto para consolidarem seu desempenho e contribuir para a estruturação e a estabilidade na nova dinâmica política brasileira.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Osvaldo. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, Porto Alegre, vol. 7, n. 2, pg. 11-32, 2013.



BARRETO JÚNIOR, I. F. “Desinformação como Estratégia Política: Fake News sobre urnas eletrônicas e o ataque permanente às instituições democráticas”. **Cadernos Adenauer** (Impactos das eleições 2020 e da pandemia no Brasil), Rio de Janeiro, vol. XXII, n. 1, p. 39-54, 2021.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

BOLOGNESI, Bruno. Organização partidária: modelos de análise e novas agendas. In: BOLOGNESI, Bruno e SILVA, Glauco Peres da. **Ciências Sociais hoje: Ciência Política**. São Paulo: Zeppelini Publishers, 2020. (Disponível em: [http://anpocs.com/images/BIB/CS\\_hoje2020/CS\\_hj\\_\\_E-book\\_CP.pdf](http://anpocs.com/images/BIB/CS_hoje2020/CS_hj__E-book_CP.pdf)).

BRAGA, Maria do S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política 1982-2002**. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2006.

BRAGA, Maria do S. A agenda dos estudos sobre partidos políticos e sistemas partidários no Brasil. **Revista Agenda Política**, UFSCAR, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2013.

CARREIRÃO, Y. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.14, p. 255-295, 2014.

FERREIRA, D. P.; BATISTA, C. B.; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: números de partidos e votação no plano subnacional (1982-2006). In: **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol.14, n. 2, p. 432-453, 2008.

FLEISCHER, D. Os partidos políticos. In: AVELAR, L & CINTRA, A, O. (orgs). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

HARARI, Yuval Noah. **Nexus: A Brief History of Information Networks from the Stone Age to AI**. New York: Random House Publishing Group, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal**: 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas> . Acesso em 20 de março de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos Municípios Brasileiros**: Mato Grosso do Sul. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> . Acesso em 15 de fevereiro de 2025.

KINZO, M. D. **Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.

LAMOUNIER, B. & MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LIMA JR., Olavo Brasil de. Partidos, Eleições e Poder legislativo. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social Brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 1999.

MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. **Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**, Lisboa, v. 38, n. 167, p. 277-293, 2003.

MAINWARING, S. **Sistemas Partidários em Novas Democracias**: O Caso do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

MARENCO, A. e TEN CATE, L. “Votos, partidos e pandemia: o que os resultados de 2020 projetam para o futuro?” In: **Cadernos Adenauer** (Impactos das eleições 2020 e da pandemia no Brasil), Rio de Janeiro, vol. XXII, n. 1, p. 25-38, 2021.

MELO, C.R. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil. In: SOARES, G, A & RENNÓ, L. (orgs.). **Reforma política**: lições da história recente. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MELO, C. R. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 13-41, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017> . Acesso em 26 de fevereiro de 2025.

MELO, C. R. Nau sem rumo? O sistema partidário brasileiro pós-democratização. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 134, p. 75–90, 2022.

MIRANDA, Daniel Estevão Ramos de. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em Mato Grosso do Sul: a construção de uma hegemonia. In: SILVA, Marcos Antonio da. (Org). **A ciência da Política, eleições partidos e elites políticas em Mato Grosso do Sul**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.

MIRANDA, Daniel de; SILVA, Marcos A. da; MIRANDA, Victor de (orgs.). **Os (des) caminhos da política no Mato Grosso do Sul**: tradição, continuidades e rupturas. Campo Grande: UFMS, 2019.

NANTES, Yasmim Karoline da Silva; SILVA, Marcos Antonio da. Elites Políticas e as Eleições Municipais de 2024: Quem se elegeu prefeito (a) no Mato Grosso do Sul? In: SILVA, Marcos Antonio da. (Org). **A ciência da Política, eleições partidos e elites políticas em Mato Grosso do Sul**. São Carlos: Pedro e João editores, 2025.

NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e Democracia**: Um estudo sobre o sistema Partidário Brasileiro (1985-94). Rio de Janeiro, FGV Editora, 1996.

NICOLAU, J. M. Partidos e Sistemas Partidários: 1985-2009. In: MARTINS e LESSA, C. B. e R. **Horizontes das ciências sociais no Brasil**: Ciência Política. São Paulo: ANPOCS, 2010.

PINHO, Tiago. A influência das redes sociais no processo eleitoral. **Revista Brasileira de Política Digital**, v. 5, n. 2, p. 45-62, 2024.

SARTORI, G. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro/Brasília: Zahar/UnB, 1982.

TELLES, H. “Retrato do Brasil nas urnas: a vitória dos políticos profissionais e da direita”. In: **Cadernos Adenauer** (Impactos das eleições 2020 e da pandemia no Brasil), Rio de Janeiro, vol. XXII, n. 1, p. 123-135, 2021.

VELASCO e CRUZ, S.; KAYSEL, S.; CODAS, G. **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

VIANA, J. P. e CARLOMAGNO, M. C. “Os impactos do fim das coligações proporcionais no sistema eleitoral brasileiro: uma análise da eleição municipal de 2020”. In: **Cadernos Adenauer** (Impactos das eleições 2020 e da pandemia no Brasil), Rio de Janeiro, vol. XXII, n. 1, p. 9-24, 2021.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.